



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 102

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE NOVEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Nereu Moura e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às dezessete horas e dez minutos foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado José Maria Ferreira, conforme artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2747

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2744

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Mário Aparecido de Campos, ocorrido em data de 23/11 p.p., na cidade de Três Barras do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através da Sra. Aldinéia Couto Campos, enviando correspondência à Rua Rio Branco, 924 - Bairro Alto Campo, Três Barras do Paraná/PR, CEP: 85.845-000.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O jovem Márcio Aparecido de Campos, nasceu na cidade de Três Barras do Paraná, proveniente de tradicional família, filho de Aldinéia Couto Campos e João Bhl de Campos Neto.

Sua vida foi interrompida drasticamente aos 17 anos, pelo infausto acontecimento, ocorrido na praia artificial de Barra Bonita, daquele município, no último domingo, sendo vítima de afogamento.

O acidente causou consternação à população tri-barrense, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares e amigos, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que rogamos a Deus, que proporcione todo o amparo e conforto necessários.

REQUERIMENTO Nº 2743

Senhor Presidente:

REQUEIRO a V. Exa., nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para que sejam consignados nos Anais da Sessão de hoje, votos de louvor especial à Sra. Fani Lerner por ter sido vencedora do Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, da organização norte-americana World of Children, em parceria com a instituição Hannah Neil.

A premiação dada à Sra. Fani Lerner é um reconhecimento da maior expressão, para quem, ainda na adolescência, começou a trabalhar como voluntária dentro das favelas, fazendo o bem sem olhar a quem, ensinando crianças pobres e também suas famílias sobre noções básicas de higiene, saúde e primeiros cuidados.

Anos depois, já na condição de esposa do prefeito de Curitiba, revolucionou o trabalho social, de tal maneira que é copiada e seguida em todas as regiões brasileiras.

O serviço social de largo sucesso que implementou na municipalidade da capital paranaense, também veio beneficiar todo o Paraná, quando a Sra. Fani Lerner assumiu em 1995, a Secretaria de Estado da Criança. Uma total transformação e inovação, com mais de 40 programas para atendimento a crianças e adolescentes carentes.

Não é necessário, senhor presidente, discorrer e justificar quanto ao trabalho de Fani Lerner no campo social, pois o Prêmio Kellogg's, sendo ela a primeira latina-americana a recebê-lo, põe ao chão qualquer argumento ou justificativa melhor que possam ser para enaltecer a excepcional ação de décadas da vencedora na área social voltada à criança. Creio que a decisão da World of Children é a maior justificação para este Parlamento aprovar a presente proposição.

Caso aprovado o presente requerimento, solicito seja dado ciência do mesmo à homenageada, à Rua Bom Jesus, 43 - ap. 19 - Juvevê - CEP: 80.035-010.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2741

Senhor Presidente:

REQUEIRO, na forma regimental e legal, que seja oficiado o senhor ministro dos Transportes, solicitando que adote providências imediatas no sentido de ser procedida a recuperação da pavimentação asfáltica e demais componentes da estrutura viária da rodovia BR-272, que liga as cidades de Campo Mourão a Goioerê, neste Estado.

Justifica-se o presente requerimento pelo fato de estar a referenciada rodovia em péssimas condições de manutenção, o que impõe dificuldades para a trafegabilidade e constante perigo àqueles que precisam da via para as movimentação sócio-econômicas.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2742

Senhor Presidente:

REQUEIRO a V. Exa., nos termos regimentais e legais, para que submeta à apreciação do Plenário nesta Casa Legislativa, proposta para que esta Casa officie à bancada parlamentar federal do Paraná - deputados e senadores - para que esta Casa se manifeste pela retirada do Projeto de Lei nº 3285-C, da pauta de plenário da Câmara Federal, e que interceda para ser alterado o substitutivo do referenciado projeto, limitando a área da Mata Atlântica dentro do estabelecido pelo IBGE, em 1988.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se em razão de não ter havido uma melhor avaliação e discussão da matéria com os setores atingidos pela proposta de lei. Pois, se mantida nos atuais termos proposto, trará elevados prejuízos ao setor produtivo agrícola do Estado e outros da economia local.

REQUERIMENTO Nº 2739

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, presidente desta Casa de Leis, REQUERER envio de expediente ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, requerendo informações a respeito dos programas desta pasta que estão sendo executados nas cidades do litoral e o que está sendo planejado, discriminados por cidade.

Contando com a disponibilidade dessas informações na maior brevidade possível, renovamos nossos protestos de alta estima e elevada consideração.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) WALDIR LEITE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 705/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 14.181/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina, com sede e foro no município de Maringá.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A alteração se dá em razão de um erro de redação da denominação da Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina de Maringá, assim pretende-se alterar apenas o nome da Associação de “Maria” para “Marial”. Tendo em vista que consta na Lei nº 14.181/2003, “Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina”.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente alteração.

PROJETO DE LEI Nº 706/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas do Estado do Paraná promoverá e incentivará a auto-preservação das comunidades indígenas, assegurando-lhes o direito à assistência especial nas ações de saúde, educação e de apoio às atividades produtivas, em observância ao reconhecimento da sua cultura e organização social diferenciadas.

Parágrafo Único - Consideram-se, para efeito desta lei:

I - povos indígenas: as coletividades que se distinguem entre si e no conjunto da sociedade nacional em virtude de seus vínculos históricos com populações de origem pré-cabraliana;

II - comunidade indígena: o grupo humano local, parcela de um povo indígena organizada segundo seus usos, costumes e tradições e localizadas no território nacional independentemente da situação das terras que ocupem;

III - índio: o indivíduo originário de um povo ou comunidade indígena, que se reconhece e é reconhecido como tal;

IV - organizações indígenas: as associações ou sociedades civis, sem fins lucrativos, integradas exclusivamente por índios, para defesa dos seus interesses e dos interesses do povo ou comunidade indígena.

Art. 2º - A Política Estadual de Apoio às comunidades indígenas terá como finalidades:

I - prestar assistência especial aos povos, às comunidades indígenas e aos índios, objetivando a universalidade, a integralidade e a equanimidade dos serviços prestados;

II - garantir aos índios e aos povos ou comunidades indígenas meios para sua auto-sustentação, respeitadas as suas diferenças culturais;

III - assegurar aos índios e aos povos ou comunidades indígenas a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e de subsistência;

IV - promover o respeito à organização social, aos usos, costumes, línguas e tradições dos povos e comunidades indígenas, a todos os seus bens, seus modos de viver, criar e fazer, seus valores culturais e artísticos e demais formas de expressão;

V - executar, com anuência dos povos e das comunidades indígenas e com a sua participação, ações, programas e projetos que os beneficiem;

VI - garantir aos índios e aos povos e às comunidades indígenas a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes nas terras que tradicionalmente ocupam;

VII - proteger os bens de valor artístico, histórico e cultural, os sítios arqueológicos e as demais formas de referência à identidade, à ação e à história dos povos e comunidades indígenas.

Parágrafo Único - A assistência especial e o apoio de que trata este artigo não excluem o acesso dos índios e das comunidades indígenas aos meios de apoio e assistência assegurados aos demais brasileiros.

Art. 3º - As ações de assistência e apoio aos índios relativas à saúde, educação e às atividades produtivas dar-se-ão de forma a se integrarem institucionalmente entre si e com as ações de proteção ambiental e defesa das terras indígenas.

Art. 4º - São objetivos específicos da Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas:

I - a promoção do etno-desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da pesca, do extrativismo e do artesanato indígena, viabilizando os meios necessários para o benefício, a armazenagem e a comercialização desses bens;

II - a preservação de diversidade e a integridade do patrimônio genético contido nas terras indígenas, inclusive mantendo e ampliando bancos de germoplasma;

III - o estímulo à produção e à utilização de plantas medicinais e produtos fitoterápicos;

IV - a preservação e conservação ambiental das terras indígenas e de seu entorno, especialmente dos recursos hídricos, da fauna e da flora nativa;

V - o estímulo à cultura e ao lazer;

VI - a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino;

VII - a efetividade das ações e serviços públicos de saúde, compreendendo o saneamento básico, a nutrição, a habitação e a educação sanitária.

Art. 5º - Constituem instrumentos da Política de Apoio às Comunidades Indígenas:

I - o crédito;

II - a pesquisa;

III - a assistência técnica e a extensão rural;

IV - o ensino;

V - a vigilância em saúde;

VI - a proteção ambiental;

VII - a assistência social;

VIII - a habitação.

Art. 6º - São diretrizes da Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas:

I - respeitar e valorizar as diferentes práticas tradicionais e as especificidades culturais, ambientais, tecnológicas e sócio-econômicas dos povos indígenas e de suas comunidades;

II - tratar de forma diferenciada cada povo e comunidade indígena, consideradas as condições de bem-estar físico, mental e social e as formas de interação desses povos com a sociedade envolvente;

III - assegurar o desenvolvimento e a implementação de programas integrados de ensino, aprendizagem e pesquisa para a oferta de educação escolar intercultural; nas línguas indígenas e na língua oficial do país;

IV - incentivar o uso de tecnologias indígenas, e de outras consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico, respeitada a premissa de não geração de dependência tecnológica;

V - recuperar as terras que tenham sofrido processos de degradação dos seus recursos naturais;

VI - controlar ambientalmente as atividades ou efetivamente modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas fora dos limites das terras indígenas que afetam;

VII - plantar espécies nativas e repovoar as populações de animais e peixes nativas.

Parágrafo Único - A interferência no processo de produção das comunidades indígenas dar-se-á somente quando sua sobrevivência econômica estiver comprometida ou atendendo-se aos interesses manifestos pelos índios, devendo ser fundamentada em diagnóstico sócio-econômico-ambiental.

Art. 7º - A Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas será formulada e executada com a participação direta dos povos, comunidades e organizações indígenas, assegurando o direito de participação em todas as instâncias governamentais com participação da sociedade civil que tratem de questões pertinentes a esta lei.

§ 1º - A Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas poderá contar com um órgão específico de gestão com a atribuição de operacionalizar o disposto neste artigo.

§ 2º - O órgão a que se refere o parágrafo anterior será paritário em sua composição entre representantes, titulares e suplentes, de órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, inclusive as dos beneficiários diretos desta política.

Art. 8º - O Estado propiciará os meios e disponibilizará os recursos públicos suficientes para o exercício e a implementação dos direitos indígenas.

Art. 9º - A Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas será executada com recursos públicos e privados.

§ 1º - Constituem fontes de recursos desta política:

I - dotações orçamentárias do Estado e créditos adicionais que lhe forem destinados;

II - repasse da União;

III - recursos provenientes de contratos, convênios e outros ajustes celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais.

IV - recursos das exigibilidades do sistema público de financiamento estadual e federal;

V - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - outras rendas, bens e valores a ela destinados.

Art. 10 - É vedada a concessão de incentivos do Poder Público a atividades que interfiram ou causem impacto negativo sobre os povos e as comunidades indígenas, tais como a construção de estradas, hidrovias e hidrelétricas.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Vivem hoje no Paraná, cerca de 15 mil índios, formados pelas etnias Kaingang e Guarani. Estes vivem aqui, desde muito antes dos imigrantes europeus e escravos negros chegarem. No passado, eram muito mais numerosos, mas apesar da resistência heróica, vem ocorrendo o desaparecimento cultural e até físico de muitos povos.

Nos últimos anos, os indígenas estão se organizando e fazendo renascer sua cultura e suas etnias e o Estado tem o dever de construir políticas públicas para viabilizar e concretizar as necessidades e demandas desses povos.

A construção de políticas públicas diferenciadas e específicas para indígenas, justifica-se plenamente, se observarmos a cultura tradicional desses povos que não é baseada na acumulação material e possui uma visão de mundo própria e um conjunto de valores e ideais que as diferenciam dos povos brancos.

A política estadual de apoio às comunidades indígenas vem neste sentido e está sendo construído em conjunto e a partir da demanda dos movimentos indígenas Kaingang e Guarani, organizados no nosso Estado, que tem intensificado sua luta nos últimos anos, pela retomada e demarcação de suas terras tradicionais.

Este projeto vem ao encontro dos anseios daqueles que não querem um Estado desenvolvendo ações paternalistas e integracionistas, gerando formas de submissão e dependência que já causaram um verdadeiro desastre na cultura indígena. Mas sim, um projeto que respeite as especificidades desses povos a partir de seus interesses.

PROJETO DE LEI Nº 707/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O governo do Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná e a Companhia de Habitação do Paraná, através de cooperação entre si, elaborarão um Programa de Construção de Casas Populares, através das madeiras ilegais apreendidas no âmbito do Estado e provenientes das florestas públicas e remanescentes da Paraná Ambiental.

§ 1º - A cooperação e a construção destinar-se-ão às famílias de baixa renda e às famílias que perderam as suas casas em acidentes.

Art. 2º - A construção de casas populares será nas áreas urbanas e rurais, dependendo da necessidade da região.

§ 1º - No caso da utilização da madeira apreendida, dar-se-á preferência à região onde for feita a apreensão.

Art. 3º - Para a execução do Programa serão obedecidos os padrões das habitações populares dos programas da Cohapar.

Art. 4º - Sob a coordenação da Cohapar as construções das unidades habitacionais poderão ser também, através de "programas mutirões" entres os beneficiados.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva autorizar o governo do Estado, a Cohapar e o IAP fazerem a utilização das madeiras ilegais apreendidas no território paranaense, das florestas públicas e das remanescentes da Paraná Ambiental para a construção de casas populares nas áreas urbanas e rurais.

Com a utilização dessas madeiras ilegais apreendidas não devemos amenizar a fiscalização. Devemos continuar com a fiscalização em defesa das nossas florestas. Mas se existe madeira ilegal, que pelo menos seja utilizada para uma atividade nobre, com um fim social.

Com a intensificação na fiscalização e apreensão de madeiras exploradas ilegalmente a tendência é que aumente a quantidade de casas populares no Estado.

Poderemos ainda utilizar parte dessas casas para criarmos "Quintas Florestais", áreas verdes localizadas entre zona rural e zona urbana, com infra-estrutura adequada para que as comunidades possam produzir hortifrutigranjeiras e pequenas culturas extrativistas.

Temos a certeza que assim possamos contribuir um pouco para a diminuição do déficit habitacional no Estado e por isso temos a certeza da colaboração dos nobres pares na aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuídos aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis nºs 7812, de 29 de dezembro de 1983 e 9.174, de 29 de dezembro de 1989, ficando automaticamente extinta a

taxa de segurança por ela criada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM PARECER CONTRÁRIO DA SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 246/2003

Modifica o artigo 3º do Projeto de Lei nº 246/2003, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os recursos a que se refere o artigo anterior serão, obrigatoriamente, depositados pelo Tesouro Geral do Estado, mensalmente, em instituição bancária oficial, em conta especial sob a denominação de Fundo Especial de Reequipamento Policial que será movimentada pelo Conselho Diretor do Funrespol, de acordo com a deliberação do mesmo sob a forma de resoluções".

Sala das Sessões, em 26.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio:

Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Pedro Ivo Ilkiv, Antonio Anibelli e Elton Carlos Welter.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que altera a Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003, (créditos do ICMS) conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2739, de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2741 a 2743, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2744 e 2747, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Apenas para relatar um fato, senhor presidente e meus companheiros.

Ontem à tardezinha, no site do Governo do Estado, na agência de notícias constava uma notícia requentada que tratava da ocupação da fazenda do meu tio, Milton Vargas Prudêncio, tentando vincular com elações equivocadas e mentirosas, vincular com o passado do proprietário daquela fazenda.

Fiz este protesto e outros companheiros fizeram, junto ao governador, que afirmou não ser da sua lavra tais informações e que procuraria reparar tal dano. Quero reafirmar que questões como essas não podem ser tratadas com leviandade. Se há assessores do governador tentando ser mais realista que o rei e se há divergências políticas pontuais deste deputado, com o governador ou com o Governo, é verdade também que este deputado tem sido fiel participante da base aliada apesar de ter opiniões discordantes. E que questões como estas na manipulação de informações oriundas de um movimento social altamente polêmico para atingir este ou aquele é uma forma equivocada de fazer política.

Por isso, a pergunta que resta é: quem foi o irresponsável que praticou tal ato, tentando repercutir na imprensa notícias não verdadeiras, vinculando familiares deste deputado de forma absolutamente leviana?

Confortado, acreditando no governador porque é um homem que fala a verdade, reconheço que providências deverão de ser tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência se solidariza com V. Exa. na certeza que fatos desta natureza não ocorram mais.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero comunicar a esta Presidência e aos demais deputados que hoje, pela manhã, ao participar lá na FIEP de um workshopping entre a Petrobras, FIEP e Senai, o presidente daquela entidade, Rodrigo Rocha fez um convite aos deputados para que conheçam melhor a Federação da Indústria no Estado do Paraná, e eu sugeri ao presidente que viesse até esta Casa para ele, pessoalmente, fazer o convite.

Então, senhor presidente, tomei a liberdade de convidá-lo segunda-feira, no horário da nossa Sessão, estará aqui o presidente que vai fazer o convite para que, na próxima quinta-feira, pela manhã, os deputados terão um café da manhã e conhecerão um pouco do trabalho da FIEP.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Teremos a honra de receber o presidente da FIEP.

Quero também participar aos senhores parlamentares que amanhã haverá uma Sessão Solene em homenagem a D. Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba que estará completando 50 anos de sacerdócio, por solicitação do deputado Ângelo Vanhoni.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01 de dezembro, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380, 381, 427 e 533/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 124, 225, 364, 384, 390, 611, 652, 654 e 659/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 12 da Lei 13.980 de 27 de dezembro de 2002

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 037/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 4300	2000	000	1.500.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3900	2000	000	1.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.11.2003.

PORTARIA Nº 038/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 0400	2000	000	2.000.000,00
3190 1600	2000	000	1.200.000,00
3390 4300	2000	000	3.300.000,00
			6.500.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	000	6.000.000,00
3190 1300	2000	000	500.000,00
			6.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.11.2003.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Nereu Moura - 1º Secretário

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PAUTA - 02-12-2003

ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 106/2003, autores deputados Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.09.2003. Vistas aos deputados Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Marcos Isfer e Chico Noroeste em 25.11.2003.**

Projeto de Lei nº 231/2003, autores deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Chico Noroeste, que institui a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 05.11.2003. Vistas ao deputado Vanderlei Iensen em 25.11.2003.**

Projeto de Lei nº 235/2003, autor deputado Duílio Genari, que institui a Região Metropolitana de Toledo. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 05.11.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli em 25.11.2003.**

Projeto de Lei nº 560/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui categoria de loteria denominada raspadinha cultural, através de concurso de prognósticos com destinação de resultados para investimentos no setor de cultura do Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 587/2003, autor deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivo das Leis nº 5.944/69 e nº 5.940/69 (Lei de Promoção de Oficiais e Praças da Polícia Militar). **Relator deputado Delegado Bradock designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 606/2003, autor deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da Rodovia que liga Santa Tereza do Oeste à Luz Marina, município de São Pedro do Iguaçu. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 22.10.2003. Com vistas ao deputado Delegado Bradock, em 04.11.2003.**

Projeto de Lei nº 637/2003, autora deputada Cida Borghetti, que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 12.909/2000 (faculta às Prefeituras Municipais efetuar movimentações financeiras). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 649/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre o desemplacamento de veículos. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 05.11.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATÓRIOS

Projeto de Lei nº 020/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que obriga as operadoras de telefonia celular, que operam no Estado do Paraná, a manter cadastros de todos os usuários de aparelhos telefônicos do Sistema pré-pago. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 12.11.2003. Vistas aos deputados Marcos Isfer e Tadeu Veneri em 25.11.2003.**

Projeto de Lei nº 024/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo criar junto à Secretaria da Segurança Pública do Paraná, serviço especializado de atendimento para receber denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 12.11.2003. Vistas ao deputado Tadeu Veneri em 25.11.2003.**

Projeto de Lei nº 025/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que isenta os municípios do Estado do Paraná do pagamento de ICMS na aquisição de máquinas, veículos e caminhões novos. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 078/2003, autor deputado André Vargas, que institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz. **Emenda de Plenário. Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 206/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um Programa Permanente de Plantio de Árvores pelos Estudantes do Ensino Fundamental da Rede Pública do

Estado do Paraná. **Relator deputado Duílio Genari, designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 292/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue. **Emendas de Plenário. Relator deputado Delegado Bradock, designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 385/2003, autor deputado Nereu Moura, que altera a redação da Lei nº 11019/94 - alterou a Lei nº 7.811/83 - tabelas de serviços do Detran. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 636/2003, autor: deputado Padre Paulo Campos, que cria o Programa Jornal Escola, Exercício da Cidadania no âmbito da Secretaria Estadual de Educação. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 641/2003, autor deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 642/2003, autor deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 14.156/2003 (pagamento de débitos tributários). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 12.11.2003. Vistas ao deputado Jocelito Canto em 25.11.2003.**

Projeto de Lei nº 662/2003, autor deputado Jocelito Canto, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 20.11.2003. Vistas ao deputado Durval Amaral em 25.11.2003.**

Projeto de Lei nº 672/2003, autor deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos Programas de Alimentação Escolar. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 673/2003, autor: deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar terrenos ao município de Verê. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 682/2003, autor Poder Executivo, que dispõe sobre a indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, em decorrência de atos ou fatos ocorridos em efetivo exercício de suas funções por integrantes dos Quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado e aos das carreiras de agentes penitenciários e de agente de execução. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 683/2003, autor Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo

da Polícia Militar do Paraná em benefício dos batalhões de Polícia Militar e Companhias Independentes de Polícia Militar. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 684/2003, autor Poder Executivo, que cria o Conselho Estadual de Biossegurança, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo. **Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 20.11.2003.**

Projeto de Lei nº 686/2003, autor Poder Executivo, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao IPVA - Lei nº 8.216/85. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 20.11.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 178/2003, autor deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre os usuários dos serviços públicos de saúde. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 481/2003, autor deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Piraí do Sul. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 502/2003, autor deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à prefeitura de Itapejara D'Oeste. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 694/2003, autor deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Manoel Henrique Pereira. **Relator deputado Doutor Luciano. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 696/2003, autor Poder Executivo, que dispõe que as obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores do IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 1999, constituídos ou não, ficam dispensadas de pagamento. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 697/2003, autor Poder Executivo, que cria na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, cargos de provimento em comissão de chefe de núcleo regional. **Relator deputado Antonio Anibelli. Designado em 26.11.2003.**

Proposição-Veto nº 50/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 189/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendi-

mento prioritários a idosos. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 26.11.2003.**

Proposição-Veto nº 51/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina João Leandro Barbosa o Trecho entre o município de Rio Branco do Ivaí à Rodovia PR-082. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 26.11.2003.**

Proposição-Veto nº 52/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que autoriza a cessão de imóvel à associação dos amigos do coração para coração com sede em Maringá. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 26.11.2003.**

Proposição-Veto nº 54/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraci. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 26.11.2003.**

Proposição-Veto nº 55/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 211/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno ao município de Umuarama. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 26.11.2003.**

Proposição-Veto nº 56/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno ao município de Guaraci. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Resolução nº 07/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que autoriza a realização de plebiscito nas localidades de Prainha e Cabaraquara, para que a população decida sobre sua incorporação ao município de Matinhos.

Projeto de Resolução nº 19/2003, autor deputado Carlos Simões, que autoriza a realização de plebiscito nas localidades de Prainha e Cabaraquara, para que a população decida sobre sua incorporação ao município de Matinhos. **Ambos Anexos. Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 26.11.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 41/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a As-

sociação dos Agropecuaristas da Estrada Gávea, com sede e foro no município de Pérola. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 42/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Pindó, com sede e foro no município de Pérola. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 43/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Graúna, com sede e foro no município de Pérola. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 48/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada Corcovado, com sede e foro no município de Pérola. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 347/2003, autor deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico de Londrina, com sede e foro em Londrina. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 674/2003, autor deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio aos Marinheiros de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 675/2003, autor deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Cidália Rebelo Gomes, com sede e foro no município de Paranaguá. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 678/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a APAE de Campina Grande do Sul, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**

Projeto de Lei nº 687/2003, autor deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Handebol, com sede e foro no município de Maringá. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 26.11.2003.**